ISSN 1984-5634

ARTIGO

Instrução, trabalho e família no pós-Abolição em Santa Maria/RS (década de 1930)

Instruction, labor and family in the post-abolition in Santa Maria/RS (1930's)

Alícia Quinhones Medeiros*

Resumo

Esta pesquisa busca refletir sobre o perfil social e racial do alunado presente no espaço educacional da Escola Elementar Olavo Bilac, localizado em Santa Maria/RS, nos anos de 1937 e 1938. A construção da análise sobre os perfis de estudantes se deu através do levantamento quantitativo e serial de cerca de 1.300 matrículas escolares, salvaguardadas no Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. A partir da criação de um banco de dados, podemos perceber a presença de alunas e alunos classificados no documento como de cor *branca*, *mixta* e *preta*, assim como a média de idade destes, seus diferentes arranjos e núcleos familiares, além de identificar as ocupações profissionais desempenhadas por seus responsáveis. A pesquisa se insere no campo de estudos do pós-Abolição, em diálogo, também, com a História da Educação. Com isso, podemos perceber as agências negras no ambiente educacional ainda pouco racializado pela historiografia sul-rio-grandense.

Palavras-chave: Educação. Santa Maria/RS. Pós-Abolição.

Abstract

This research aims to reflect on the social and racial profile of the students present in the educational space of the Escola Elementar Olavo Bilac, located in the city of Santa Maria/RS, during the years of 1937 and 1938. The analysis of the student's profiles is based upon a quantitative and serial survey of about 1,300 school enrollments, safeguarded in the Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Beginning with a creation of a database, it was possible to perceive the presence of students classified in the document as white, mixed and black, as well average age, their different arrangements and family structures, in addition to identifying the professional occupations of their guardians. The research falls within the field of post-Abolition studies, society after the Abolition of slavery, while also discussing its participation in the History of Education. Therefore, we can see *agências negras* that the racialization of the educational environment is still overlooked by the historiography of Rio Grande do Sul.

Keywords: Education. Santa Maria/RS. Post-Abolition in Brazil.

EDITOR-CHEFE:
Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:
Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 15.06.2022
ACEITO: 03.09.2022

COMO CITAR:
Medeiros, A. Q. Instrução, trabalho e família no pós-Abolição em Santa Maria/RS (década de 1930). *Aedos*, v. 15,n.33,p.219-238,jan.–jun.,2023.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

Pensar o pós-Abolição como *problema histórico* nos remete a refletir sobre as visões dos homens e mulheres libertos pelo 13 de maio de 1888 e pessoas negras livres que viveram as emancipações anterior a lei, assim como seus descendentes, como apontam Hebe M. Mattos e Ana M. Lugão Rios (2004). Quais foram suas visões de liberdade, de cidadania,

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - PPGH, onde possui bolsa CAPES. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Estudante membro do Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição/UFSM (GEPA). ORCID iD: 0000-0001-9249-0606. E-mail: aliciaquinhones@gmail.com

de experiências rurais ou urbanas, de educação, trabalho e sociabilidades, como também, refletir sobre quais foram os projetos políticos ausentes no plano nacional e estadual à essa parcela significativa da população. Estas questões são pensadas para além do imediato pós-Abolição, e adentram o século XX até os dias atuais. Segundo Flávio Gomes (2005), a desigualdade não foi necessariamente inaugurada com a Abolição, mas ganhou contornos, marcas e argumentos econômicos e científicos específicos naquele contexto, ou seja, hierarquias sociais foram redesenhadas para o período, a fim de fazer permanecer as desigualdades construídas ao longo de mais de 300 anos de escravidão. Sidney Chalhoub (2010), em estudo sobre as experiências de liberdade no período escravista, aponta os problemas e riscos para os egressos da escravidão e seus descendentes. O autor apresenta como essas liberdades foram acompanhadas de uma "precariedade estrutural". Entre tais precariedades estavam "as restrições constitucionais aos direitos políticos dos libertos, a interdição dos senhores à alfabetização de escravos e o acesso diminuto de libertos e negros livres em geral à instrução primária" (CHALHOUB, 2010, p. 34).

A partir da compreensão das *precariedades* advindas de séculos de desigualdades, e ao entender o pós-Abolição como um *problema histórico*, percebemos a multiplicidade de fatores que definem o acesso ou não à cidadania posta em jogo no período republicano. Compreendendo que no Brasil, último país das Américas a abolir a escravidão, pondo fim a esse modo de exploração, as configurações sociais no pós-Abolição tiveram, também, contornos regionais específicos (MATTOS; RIOS, 2004, p. 174). Portanto, para analisarmos a cidade de Santa Maria/RS nesse contexto, devemos refletir sobre como a sociedade sul-rio-grandense se reorganizou e se moldou no pós-Abolição. Em grande medida, a literatura, as obras de memorialistas, assim como a historiografia tradicional gaúcha, buscaram no ideário e imaginário popular perseverar a imagem de uma Europa no sul do Brasil, colocando em evidência os feitos da branquitude, enquanto negligenciava espaço na historiografia aos protagonismos e atuações negras.

Assim como para outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, a historiografia que aborda o pós-Abolição e a história social da escravidão e liberdade, com foco no protagonismo negro, tem aumentado significativamente na cidade de Santa Maria e voltado sua análise para diferentes caminhos. Pesquisadores e pesquisadoras demonstraram as presenças negras e suas articulações em diferentes contextos na região, em escravidão, liberdade e no pós-Abolição[1]. Evidenciaram as atuações negras à frente da organização de clubes sociais e carnavalescos, clubes de futebol, irmandade religiosa e de jornais da imprensa negra. Entre os séculos XIX e XX, foram mapeadas 30 associações negras na cidade (GRIGIO et al, 2020). A partir destas pesquisas, é possível afirmar que "Santa Maria sempre foi multiétnica" (GRIGIO, 2018, p. 18). É nesse sentido que hoje podemos nos atentar a uma rica historiografia, que retrata a multiplicidade étnica, social e racial da sociedade do município, colocando em evidência os protagonismos, agências e trajetórias de vidas negras em escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Desse modo, investigar os processos de escolarização, os espaços escolares e as histórias do alunado que compunham este ambiente social nas primeiras décadas do século XX, em uma cidade interiorana do Rio Grande do Sul, se faz importante por diferentes razões, as quais discorremos neste artigo. Pesquisas como de Eliane Peres (2002), Marcus Vinícius Fonseca (2007), Noemi Santos da Silva (2014), entre outras, se utilizam em seu escopo documental da análise de mapas/livros escolares, os quais contêm dados sobre os alunos e alunas em escolas e aulas de instrução

1 A exemplo de: (CARVALHO, 2005), (ESCOBAR, 2017), (GUTERRES, 2013), (GRIGIO, 2016; 2018), (OLIVEIRA, 2016; 2017).

pública e particular. Estes trabalhos inspiraram esta investigação, combinado o acesso ao Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (AHIEEOB). Foram, sobretudo, a partir de matrículas escolares da Escola Elementar Olavo Bilac que adentramos em parte deste universo escolar. Sobre o espaço escolar estudado, o Instituto de Educação Olavo Bilac é uma instituição de ensino centenário[2], fundado em 1901 em Santa Maria/RS, com a criação pelo governo estadual dos Colégios Distritais, governado por Borges de Medeiros, a fim de promover o ensino elementar em diferentes sedes dos municípios do Estado.

O Colégio Distrital na planta da cidade de Santa Maria de 1902, elaborada pelo agrimensor José Nehrer (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 83), está localizado na Rua Coronel Niederauer, entre a Rua Barão do Triunfo e a Rua Conde de Porto Alegre. Região esta que a partir do mapeamento das associações negras da cidade, organizado pelo GEPA/UFSM (GRIGIO et al, 2020, p. 14), podemos observar que o colégio se localizava próximo à maioria das organizações até então encontradas. Entre elas, estão as sociedades carnavalescas, muitas das quais ligadas aos Clubes, como a Rancho Succo, Os Cardeais, 77777, Recreio da Mocidade, Esmeralda e Bloco da Juventude; os Clubes sociais negros, como o União Familiar, a Sociedade Rosa Branca, o Grupo dos Artistas, a Sociedade Treze de Maio; e uma irmandade religiosa, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Essas organizações se localizaram nas ruas 24 de Mayo (atual Silva Jardim), Barão do Triumpho e Conde de Porto Alegre, ou seja, a poucas quadras deste espaço escolar. A partir dessas considerações, podemos indagar a quem este Colégio, e depois Escola Complementar e Elementar, irá atender. Segundo o memorialista da cidade, João Belém, em texto de 1933, "o proletariado, havia muito, ansiava por um estabelecimento desta ordem, máxime por não haver escolas públicas em número suficiente para conter a população escolar" (BELÉM, 2000, p. 187-188).

O acervo da instituição de ensino salvaguarda livros escolares datados da década de 1930 à diante, e entre as informações contidas nas matrículas de 1932-33 e 1935 estão: nome, filiação, idade, nacionalidade, domicílio, classe e observações. Nos anos de 1937 e 1938 passam a conter novos dados, como: sexo, cor, filiação paterna e materna, religião, profissão paterna e materna. A partir da organização desses elementos em um banco de dados, observamos que os dados dos anos de 1937 e 1938 traziam importantes informações para os objetivos da pesquisa, como o elemento *cor*. Com isso, analisamos somente estes dois anos, e a partir disso, temos como objetivo desenhar parcialmente um perfil social e racial do alunado e de seus responsáveis, a fim de compreendermos as relações sociais de indivíduos que compunham o campo educacional na década de 1930 em Santa Maria, no interior do estado.

Com o levantamento desta documentação, analisamos quantitativa e qualitativamente os dados e podemos perceber a presença de alunas e alunos designados no documento como de cor *branca*, *mixta* e *preta*[3], assim como a média de idade destes, seus diferentes arranjos e núcleos familiares, além de identificar as ocupações profissionais desempenhadas por seus responsáveis. Dessa maneira, esta pesquisa pretende refletir sobre a invisibilidade historiográfica da população negra na instrução e da importância da construção da pesquisa histórica a partir das perspectivas que olhem para os protagonismos negros na História da Educação. Pois, junto às pesquisas da nova historiografia local,

2 Em 2013 o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), pela sua importância cultural e histórica.

3 Neste texto utilizamos a grafia em itálico em termos retirados das fontes.

de atentar para os problemas do pós-Abolição, como o estudo de Clube Sociais Negros, da Imprensa Negra e de Irmandade Religiosa, por exemplo, ainda não foi realizado um estudo específico sobre as participações de parcela da população negra na educação santa-mariense no início do século XX. Assim, avançamos no sentido de construir um perfil social e racial de estudantes, tomando a questão das designações de cor como problema de pesquisa. Com isso, propusemos nos orientar pelos trabalhos já realizados a fim de problematizar novas questões, para que também sirvam de base para estudos posteriores.

O GRITO DAS FONTES: A PRESENÇA NEGRA NA ESCOLA

As designações de cor, *branca*, *mixta* e *preta*, estavam entre os campos que foram preenchidos nos registros escolares da Escola Elementar Olavo Bilac de Santa Maria/RS, nos idos da década de 1930. O Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938) está custodiado no Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Os campos a serem preenchidos foram organizados em linhas horizontais, divididas em colunas, nas seguintes categorias: nome, idade, filiação paterna e/ou materna, nacionalidade, endereço, religião, profissão paterna e/ou materna, classe e observações. São escassas as vezes que estas informações aparecem em matrículas/listas escolares, sobretudo o componente cor no pós-Abolição. É o que aponta Eliane Peres (2002) quando pesquisou a presença negra nos cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense, em Pelotas/RS, de 1875 a 1925, onde a autora sinaliza que "há um imenso silêncio sobre a presença ou a ausência dos negros nas aulas [...], o fato de os alunos serem negros ou brancos não está registrado em lugar nenhum" (PERES, 2002, p. 92).

Supomos que os dados desta documentação eram preenchidos por funcionários (as) da instituição de ensino, em razão do seu conhecimento sobre a comunidade atendida, pela sua própria observação visual ou ainda, pela autodeclaração dos indivíduos e de seus responsáveis. Esta última hipótese, a menos crível, por conta das variações encontradas de um registro a outro, com um ano de diferença. Foram contabilizados 38 casos em que, de 1937 para 1938, a cor para o mesmo indivíduo diverge. Observamos que, de um ano para o outro, os funcionários responsáveis por registrar a matrícula tenderam a "embranquecer" os estudantes, uma vez que, em 24 casos (63%), as pessoas que em 1937 eram registradas como de cor *mixta*, no ano seguinte passam a ser registrada com cor *branca*. Como por exemplo, temos o caso de Albertina Brum, 13 anos de idade quando foi matriculada em 1937, pelos pais João Pereira Brum, carpinteiro, e Maria Antonia Brum, de profissão designada como labores domésticos. No primeiro ano, ela aparece com a designação de cor *mixta*[4] e, no ano seguinte, como *branca*[5], e seu pai desempenhando a profissão de pedreiro. O contrário ocorre em 24% dos casos, em que há mudança da cor branca para mixta, como o exemplo do aluno Adão Medeiros. Em 1937 era declarado como *branco*, filho de Aurelio Medeiros, funcionário público, e Adelaide Medeiros, costureira, moradores da Rua Ipiranga[6]. Já no ano seguinte, Adão é registrado como de cor *mixta*, constando a profissão paterna de carpinteiro[7]. Há três casos de cor *branca* para *preta* (8%), apenas uma vez ocorre da cor *mixta* para *preta* (3%) e um caso em que de cor *preta*, o estudante passou a ser registrado em 1938

4 Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938), 1937, p. 161. Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.

5 Livros de Matrículas..., 1938, p. 186. AHIEEOB.

6 Livros de Matrículas..., 1937, p. 173. AHIEEOB.

7 Livros de Matrículas..., 1938, p. 196. AHIEEOB.

como de cor branca (3%). Acreditamos na hipótese de que estas mudanças ocorreram pela atribuição de quem registrava estas listas, que podem ter mudado de profissional de um período a outro, por exemplo. Essa variação também foi notada no estudo de menores populares para Santa Maria/RS nas primeiras décadas do século XX, a partir de registros hospitalares do Hospital de Caridade. Os enfermos tinham as seguintes designações de cor: branca, preta, parda, china, indiático, misto, moreno[8]. Segundo Felipe Brunhauser para o caso do Hospital, o qual compartilhamos para o estudo da escola:

> [...] acreditamos que estas designações ocorriam de maneira unilateral: ou seja, as freiras responsáveis pelo registro dos pacientes atribuíam a cor que julgavam adequadas a partir de seus próprios parâmetros, não se tratando de decisões que necessariamente envolviam a vontade dos pacientes. Acreditamos que estas variações ocorriam, em grande parte, por haver mais de uma pessoa encarregada da função de registro, ou mesmo a dúvida que poderia surgir em relação a qual designação de cor utilizar para determinadas pessoas. (BRUNHAUSER, 2018, p. 54)

As matrículas de estudantes na década de 1930, que demonstram a presença de crianças e jovens negros, nos levam a refletir sobre quem eram estes sujeitos, seus nomes, sua composição familiar. Em relação a raça, classe e gênero, esse acesso tinha paridade? Se não tinha, por quê? Quais razões destas desigualdades? Que outros meios estas pessoas, excluídas algumas vezes e, outras, invisibilizadas, criaram para aprender as letras, por exemplo? São questionamentos que perpassaram a elaboração desta pesquisa, e que buscam evidenciar a presença negra na escola e seus desdobramentos. As pesquisas que estudam a busca, presença e atuação da população negra nos espaços educativos, assim como a sua ausência, que denota larga desigualdade social nos bancos escolares, são provenientes de diversas áreas do conhecimento. Na História da Educação, História Social da escravidão, como no campo de estudos sobre o pós-Abolição, os debates que giram em torno dessas problemáticas são conquistas recentes[9]. Para além da menção da presença/ausência da população negra no campo educacional, esta historiografia busca evidenciar a reivindicação e lutas por educação, formação docente, protagonismos de intelectuais e literatos, além da atuação em organizações negras, tais como a imprensa negra.

Surya Barros (2018, p. 6) aponta que campos como "história da educação, política educacional, educação popular", entre outros, como o pós-Abolição, "vêm concluindo que a ideia de uma escola apenas para brancos, abastados e urbanos é mais um mito de origem da escola pública brasileira do que algo ancorado em dados da realidade". A partir da investigação dos sujeitos que compõem o espaço escolar deste estudo, pela construção de um banco de dados com as informações obtidas das matrículas escolares, podemos visualizar, em parte, este universo escolar em termos sociais e raciais. Sabemos que conhecer a realidade e os anseios destes sujeitos, que deixaram marcas de suas presenças nos registros escolares, seja uma tarefa difícil. Visto que o olhar regulador de professores, de inspetores, quem seja que produziu esta fonte, pode atribuir diversas conotações às individualidades dos e das estudantes.

---

8 As designações de cor adotadas nestes registros, também são observadas em outras fontes. Como por exemplo, nos livros de registro de pacientes e de Porta, documento em que eram cadastrados os indivíduos que buscavam atendimento no hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, observa-se a ocorrência das seguintes cores no pós-1899: fula, mista, morena, parda e preta (ALMALEH; FLORES; ALMEIDA, 2016). Em outra análise realizada para o mesmo corpus documental de Santa Maria, observou-se que no período de 1917-1918, o campo cor nos "registros são colocados apenas como brancos, pretos e pardos" (SANTOS; BRUNHAUSER, 2019, p. 9).

9 A citar algumas destas pesquisas: (PERES, 2002; PEREIRA, 2007; FONSECA, 2007; BARROS, 2005, 2016, 2018; MÜLLER, 2008; SILVA, 2014; RIBEIRO, 2016; PERUSSATTO, 2018).

O olhar daquele que registra o indivíduo na escola, tanto no campo de designação de cor quanto em outros como, moradia e religião, podem, muitas vezes, não ser os olhares que os próprios sujeitos tinham sobre si. A partir dos preenchimentos do campo *sexo* e *cor*, em primeiro momento, podemos quantificar quantos estudantes do gênero masculino e feminino acessavam àquela escola, em segundo, quantos estudantes eram denominados como de cor *branca*, *mixta* e *preta*, cruzando estes dados no sentido de visualizar quem mais acessava este estabelecimento de ensino, em termos de gênero e raça. Para isso, realizamos uma relação com o censo demográfico mais próximo dos anos estudados, que se refere ao ano de 1940. Quanto à classe, a família de cada estudante fez parte do debate em torno do perfil social e racial dos mesmos, uma vez que levamos em conta as profissões designadas a cada responsável, em que realizamos percentuais quanto à cor de cada aluno (a), tratado na última parte deste artigo. O desenvolvimento da pesquisa se deu em diferentes etapas, nas quais alguns procedimentos metodológicos foram utilizados, a fim de atender às nossas perguntas e problemáticas de pesquisa. Para que os dados fornecidos pela fonte primária fossem quantificados e melhor compreendidos, transcrevemos as informações contidas na fonte, a partir da utilização do *software Excel* (2019), que, entre outras plataformas, não "é dedicada especialmente a constituir um instrumento para a pesquisa histórica, ou seja, são softwares para construção de bancos de dados pensados para os mais variados fins (empresariais, governamentais)", o que nos propusemos a fazer "é adaptá-los o máximo possível a fim de que respondam às nossas demandas de pesquisas" (THOMPSON FLORES, 2015, p. 243). Nos anos transcritos, de 1937 e 1938, foram contabilizadas, respectivamente, 789 e 1.178 matrículas, somando 1.967 registros. Em sequência, construímos um banco de dados, um meio instrumental para responder os problemas historiográficos levantados, a fim de organizar as informações massivas e em grande quantidade presentes neste fundo documental (FARINATTI, 2008).

Contudo, no decorrer da transcrição, notamos diversos aspectos que, ou se repetiam, ou divergiam entre si, como, por exemplo, a cor de estudantes já citados, as profissões de pais e mães e os endereços. Portanto, foi preciso realizar uma avaliação minuciosa dos registros. Primeiro, juntamos os dois anos em uma única planilha, após isso, organizamos, por ordem alfabética, os nomes de estudantes, dos pais e das mães. Realizado isto, assinalamos as repetições de nome de estudantes e a divergência nas profissões dos responsáveis, a fim de não serem contabilizadas no número total. Observamos também estudantes que apresentavam diferente *cor* de um ano ao outro, realizada a identificação de cada caso, excluímos os mesmos da análise geral. Questão esta que, mais do que evidenciar a cor "real" do estudante, futuros estudos podem usar esses casos para ajudar a pensar sobre as categorias culturais e políticas que operavam na designação das cores por quem as escrevia nas matrículas. A plataforma do *Excel* nos permitiu, ainda, a realização da busca nominal por diferentes indivíduos. Com isso, foi possível localizar sujeitos em outros locais de sociabilidades, assim como nos aprofundar em suas relações familiares, por exemplo, através do cruzamento de diferentes fontes, considerando o nome como fio condutor na investigação através do método onomástico (GINZBURG; PONI, 1989). Junto ao estudo nominal, nos valemos da redução da escala de análise, na qual "se permite encontrar os mesmos sujeitos em diversos documentos e, portanto, em diferentes contextos" (FARINATTI, 2008, p. 63).

Segundo o censo demográfico de 1940, a população do município no período era de 75.597 habitantes, em termos percentuais de gênero, 49,5% de homens e 50,4% de mulheres, aproximadamente[10]. Acerca da cor, as categorias estão separadas em: brancos (88,4%), pretos (7,8%), amarelos (sem registro), pardos (3,6%) e de côr não declarada (17 ocorrências). Somando as categorias pretos e pardos, observamos cerca 11,4% da população total era de mulheres e homens negros[11]. Ainda que o censo demográfico não conjugue as categorias cor e idade, ao invés disso, contabiliza a população total quando faz o recorte racial, percebemos proporções similares quando olhamos para os alunos e alunas dos cursos elementares da Escola estudada, uma vez que a maioria da composição racial destes estudantes é da cor declarada como *branca*. No andamento do fichamento da documentação escolar, notamos conexões entre os termos de cor *mixta* e *preta*, uma vez que a partir dos registros consideramos *mixta* como algo equivalente à construção da categoria pardo, registrado no censo de 1940. No decorrer do texto, vamos apresentar algumas análises em que somamos as duas categorias, a fim de notarmos as atuações negras no campo educacional da cidade. Sobre a análise dos dados, informamos que dos 1.967 registros de matrículas presentes no livro nos anos de 1937-1938, o universo de estudantes e suas famílias analisados neste estudo somam cerca de 1.300 matrículas deste total, uma vez que optamos por analisar os campos de informações que não tivessem discrepâncias entre si, como já explicamos. Logo, o guia para a análise se deu a partir da cor do aluno, conforme vemos na Tabela 1.

A Tabela 1 apresenta os dados gerais em relação ao gênero e à cor dos estudantes, uma vez que os percentuais são em relação a categoria cor de cada grupo (*branca*, *mixta* e *preta*). No universo escolar estudado, 86% são de estudantes de cor *branca* e, somando as cores *mixta* e *preta*, registramos o percentual de 14% de estudantes negros em relação ao total observado. Além disso, podemos afirmar que o gênero feminino, em todas as categorias de cor, acessa mais este ensino em relação ao masculino. Fator que pode se relacionar à maior inserção de meninos menores nos mundos do trabalho, sem desconsiderar, contudo, uma grande participação de meninas trabalhadoras desde tenra idade (BRUNHAUSER, 2018).

Tabela 1 - Quantidade de estudantes por gênero e raça da Escola Elementar Olavo Bilac (1937- 1938)

Cor das alunas e alunos	Gênero				Total	%
	Feminino	%	Masculino	%		
Branca	755	86%	436	86%	1.191	86%
Mixta	66	8%	30	6%	96	7%
Preta	52	6%	40	8%	92	7%
Total	873	100%	506	100%	1.379	100%

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938).

10 Fonte: Recenseamento Geral do Brasil 1940. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série Regional, Parte XX, Rio Grande do Sul, Tomo 1. Censo demográfico, população e habitação, Rio de Janeiro. População de Fato, por sexo e grupos de idades, segundo os principais caracteres individuais, Município de Santa Maria (Quadro 62), p. 196.

11 Estes dados mostram uma grande discrepância quando olhamos para as informações do final do século XIX. Segundo Franciele Oliveira, ao trabalhar com o censo de 1872 para analisar a cidade de Santa Maria/RS, assim como outros pesquisadores, Grigio (2018) e Guterres (2013), a pesquisadora aponta que: "[...] veremos que o total da população é de 4.284 brancos (51,88%), todos livres, para uma população de 3.974 não brancos, composta por livres e escravizados (48,12%), nos termos do censo" (OLIVEIRA, 2017, p. 143). (grifos nossos).

Além disso, analisamos o percentual de indivíduos que frequentaram o curso elementar, tanto em 1937 como em 1938. E em sua maioria, foram crianças e jovens brancos (88%), quando analisamos para a designação de cor. Já considerando gênero, as meninas apresentam 65% do total observado. Salientamos que a não frequência em sequência de outros estudantes não signifique abandono escolar, uma vez que "também é verdade que a saída de um aluno pode não representar o término de sua escolaridade, assumida a hipótese de que ele tenha se transferido para outra escola" (GILL; HAWAT, 2015, p. 27).

Junto a estas informações, estas listas de matrículas também trazem a data de nascimento da maioria dos estudantes. Constatamos que a maior parte dos indivíduos tem a idade entre 5 a 10 anos e de 11 a 15 anos, respectivamente, 40% e 54% do universo total analisado. No campo "Classe", os seguintes termos são alocados: Jardim, e 1° ao 7° ano. Pode ser que haja outro livro de matrículas para o público do denominado Jardim, o qual recebe os sujeitos de menor idade, contudo, caso exista, não o encontramos quando realizamos a pesquisa em final de 2019. Nota-se ainda que, são poucos estudantes que apresentam mais de 20 anos, somando apenas duas mulheres. Natália de Lacerda Gil & Joseane El Hawat (2015), ao se referirem aos documentos produzidos nas/pelas escolas, como práticas escriturísticas, atentam que

> Os livros de matrícula [...] registram as informações recebidas de fora, o nome e a idade da criança, por exemplo, as classificam, as inserem num sistema escolar, transformando-as em aluno, em estudante lento ou inteligente, com desempenho satisfatório ou não. [...] Os vestígios documentais dessas práticas escriturísticas podem ser construídos na pesquisa em História da Educação como fontes que nos permitem conhecer o trabalho docente, o alunado e algumas características dos percursos escolares, além de permitir compreender os modos de institucionalização da gestão escolar. [...] tais documentos permitem ver uma escrita sobre o outro, na medida em que se trata da caracterização dos alunos a partir do crivo dos professores ou pela legislação educacional. Desse modo, o que se tem, efetivamente, é a produção da criança como aluno a partir das categorias descritivas dos indivíduos que frequentam a escola que vão sendo inscritas nessa documentação institucional. (Ibid., p. 22-23).

As autoras levantam diversas questões em que a documentação produzida pelas escolas e instituições responsáveis pelo espaço escolar suscitam, salientando que tais informações variam em caráter espacial e temporal, assim como de uma instituição a outra. Além disso, reforçam que estas fontes históricas permitem investigar as características sociais, econômicas e escolares dos alunos. A partir dos dados quantitativos deste corpus documental, vamos nos ater nas próximas páginas a analisar a composição familiar destes estudantes, ressaltando as variações presentes em cada categoria racial.

FAMÍLIA, TRABALHO E PRESENÇAS NEGRAS NA EDUCAÇÃO

Primeiramente, ressaltamos que nos campos de *filiação paterna* e *materna* a cor não aparece, portanto, nos guiamos pela cor atribuída aos estudantes. Sabemos que pode haver responsáveis, pai e/ou mãe em relações interraciais, por exemplo, que matriculam crianças que são registradas como *branca*, *mixta* ou *preta*, contudo, não obtemos estas informações, da cor dos responsáveis, a partir do manuseio desta fonte. Desse modo, analisamos a profissão de cada responsável, o que nos possibilita constatar as diferenças e semelhanças entre núcleos familiares de crianças e jovens brancos e negros. Também, vale ressaltar casos particulares em que foi assinalado, ao lado do nome preenchido no campo de filiação, os termos: irmão, avó e tutor (a). Em 1938, Marcelino Escobar, militar e morador da Rua Tuiuti, matriculou dois meninos, conforme registro, seus irmãos José Escobar, de cor *preta*, de 11 anos e Benedito Escobar,

também *preto* e com 13 anos de idade[12]. No mesmo ano, Marciria Machado, lavadeira e avó, matricula sua neta Ines R., *preta* e com 9 anos de idade, moradora da Rua Appel e de religião espírita[13]. Nicota Niederauer, profissão proprietária e tutora de Maria Zenir Rodrigues, de cor *preta* e com 10 anos de idade, moradora da Rua Doutor Bozano[14]. Estes são alguns exemplos das ocorrências em que não é o pai nem a mãe que registra o estudante, fator que abrange as noções de composição familiar para o período.

Analisaremos, a seguir, as profissões preenchidas no campo de *filiação materna*. Foram contabilizadas 20 ocupações, entre estas, 15 aparecem apenas uma vez. Destas, para as mães de estudantes de cor *branca*, observamos as seguintes profissões: alfaiate, bordadeira, cabelereira, camareira, escrivã, farmacêutica, ferroviária, funcionária pública, hoteleira, pensão, professora de música e telegrafista. Já para as mães de estudantes de cor *mixta*: porteira servente, estancieira e professora, sendo que estas duas últimas são ocupações de suas tutoras. Para as mães de estudantes de cor *preta*, há apenas uma profissão que apresenta um único registro, a de proprietária, também de uma mulher tutora. Estas informações nos possibilitam pensar diversas questões sobre as ocupações profissionais destes arranjos familiares. Em primeiro, o grau de especialização que determinadas profissões exigiam, tal qual as profissões que as mães de estudantes *brancas* desempenham, além da direta ligação com ofícios do meio urbano, a exemplo de modista. Essas mulheres seriam também, mulheres brancas? Teriam acessado curso superior e/ou se especializado para exercer funções como a de farmacêutica, hoteleira e professora de música? E quando nos detemos a profissões que podem ser consideradas como mais especializadas às mães de estudantes negros, temos a de professora, e as ligadas a proprietárias de terras, como a profissão de estancieira e proprietária, todas elas de mulheres tutoras.

Como por exemplo, quando Mariana Borges, estancieira e tutora de Doralina Alves, de cor *mixta* e com 14 anos de idade, à matricula em 1938[15]. E no mesmo ano, a matrícula de Maria E. Rodrigues, de cor *mixta*, com 8 anos de idade, que tem como tutora a professora Ligia Azevedo, e residiam na Rua Venâncio Aires[16]. Nos questionamos sobre a cor destas tutoras, seriam mulheres negras ou brancas? E quais seriam as relações sociais que anteviram para a consolidação destas tutorias? São alguns dos questionamentos que a análise da fonte suscita, a partir do conhecimento das profissões daquelas mulheres que matricularam crianças e jovens, uma vez que trazemos para a centralidade da análise a categoria racial destes estudantes. Considerando as profissões das mulheres responsáveis que apareceram mais de uma vez, nós realizamos o esforço de contabilizar e calcular os percentuais de cada ocupação, das 8 profissões observadas, conforme a Tabela 2.

Labores domésticos, a profissão que apresenta maior ocorrência (389), é uma atividade que pode compreender diferentes tarefas, que estavam principalmente ligadas ao cuidado do lar, como a limpeza e organização da casa, criação dos filhos e afazeres da cozinha. Para além disso, "Labores domésticos" poderia, também, abarcar o desempenho de atividades para terceiros, como lavar, passar e bordar, por exemplo. Estas mulheres podiam também ser doceiras, costureiras, cozinheiras, que trabalhavam no lar, mas vendiam seus produtos tanto em casa como nas ruas.

12 *Livro de matrículas...,* 1938, p. 195. AHIEEOB.

13 *Livro de Matrículas...,* 1938, p. 206. AHIEEOB.

14 *Livro de Matrículas...,* 1938, p. 206. AHIEEOB.

15 *Livro de Matrículas...,* 1938, p. 201. AHIEEOB.

16 *Livro de Matrículas...,* 1938, p. 212. AHIEEOB.

Tabela 2 - Profissões maternas de estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938), com designações de cor dos alunos e alunas

Profissão da mãe	Cor das alunas e alunos						Total	%
	Branca	%	Mixta	%	Preta	%		
1. Criada/Doméstica	-	-	2	4%	1	2%	**3**	1%
2. Comércio	3	1%	-	-	-	-	**3**	1%
3. Costureira	38	9%	9	19%	10	19%	**57**	10%
4. Lavadeira	30	7%	10	21%	18	34%	**58**	11%
5. Labores domésticos	340	77%	25	52%	24	45%	**389**	72%
6. Modista	22	5%	1	2%	-	-	**23**	4%
7. Professora	7	2%	1	2%	-	-	**8**	1%
8. Trabalhadora doméstica	2	-	-	-	-	-	**2**	-
Total Geral	**442**	**100%**	**48**	**100%**	**53**	**100%**	**543**	**100%**

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938).

Também haviam labores especificando atividades realizadas para terceiros, como criada/doméstica (3), lavadeira (58) e trabalhadora doméstica (2). Há também as ocupações que necessitam de uma maior especialidade e/ou formação, como a de costureira (57) e modista (23). Gabriela R. dos Santos (2017), ao se dedicar à análise dos registros hospitalares do Hospital de Caridade de Santa Maria, para os primeiros anos do século XX, observa, olhando para as mulheres, que "75% das profissões encontradas nos 1278 registros de mulheres são de "Serviços Domésticos" (SANTOS, 2017, p. 31-32). Apoiada em Sandra Graham (1992), Santos (2017) afirma que "a categoria de 'Serviços Domésticos' inclui criadas, cozinheiras, lavadeiras, amas-de-leite, engomadeiras e costureiras". A partir disso, constatamos que dentro dessa categoria de "Labores domésticos", que em nossas fontes somam 72%, possivelmente estavam incluídas uma grande diversidade de situações e ocupações profissionais.

Podemos refletir sobre diferentes cenários, desde mulheres de maior condição financeira, que podiam inclusive ter auxílio de empregadas domésticas em suas casas, até a dona de casa pobre, cujo marido tem um trabalho pouco remunerado, ou ainda é a própria chefe de família, seja por ser mãe solteira ou viúva, e a família sobrevive através, também, de sua força de trabalho. Sobre isso, temos o exemplo de uma mãe, Rafaela Maia Farias, que matricula sua filha Ieda Maia Farias, de cor *mixta*[17]. A profissão de Dona Rafaela, na matrícula, consta como porteira servente, contudo, em seus dois casamentos (1922 e 1939)[18], sua profissão é de "labores domésticos". Logo, percebemos o quão abrangente é esta categoria. Sobre isso, Cláudia Fonseca (2004) reitera que:

17 *Livro de Matrículas...*, 1938, p. 212. AHIEEOB.

18 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Habilitação de casamento de Ataliba Farias e Raphaella Maia. Santa Maria, 17 de agosto de 1925. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Habilitação de casamento de Jovino da Silva e Raphaela Maia. Santa Maria, 14 de março de 1939. Fontes encontradas e fotografadas pela pesquisadora Franciele da Rocha Oliveira e gentilmente cedidas para esta pesquisa.

> Ironicamente, apesar de ser evidente que em muitos casos a mulher trazia o sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava a ser apresentado pelos advogados e até pelas mulheres como um mero suplemento à renda masculina. Sem ser encarado como profissão, seu trabalho em muitos casos nem nome merecia. Era ocultado, minimizado em conceitos gerais como "serviços domésticos" e "trabalho honesto" (FONSECA, 2004, p. 434).

Diversos artigos do livro *História das Mulheres no Brasil*, organizado pela historiadora Mary Del Priore (2004), podem nos lançar luz sobre as diferentes categorias profissionais destas mulheres, assim como as configurações familiares que encontramos. Em *Mulher e família burguesa*, Maria Ângela d'Incao, relaciona o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro com o padrão burguês de família, que adentra o século XX, que tem como padrão a figura do pai provedor e responsável pelo relacionamento da família com a esfera pública – a rua. Enquanto a mãe é a "dona do lar", desempenhando os cuidados da casa e dos filhos. A autora reforça que,

> para nossa compreensão, o que interessa na história da modernização da cidade é saber como esse processo, resultado tanto da constituição do Estado moderno, quanto das mudanças na economia, afetou a vida familiar. Com a aquisição de seu novo status de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa" (D'INCAO, 2004, p. 189).

Em contraposição a este cenário, as mulheres da classe trabalhadora, muitas delas, desde muito cedo, tiveram que ocupar o espaço público e desempenharam atividades "fora de casa", para sustentar sozinha a casa ou coadjuvar a renda familiar com o marido e os filhos. No artigo intitulado *Ser mulher, mãe e pobre*, Cláudia Fonseca (2004) ao analisar os discursos e diferentes cenários envolvendo mulheres no início do século XX, através de processos judiciais, afirma que,

> A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa (FONSECA, 2004, p. 433).

Relacionado a isto, observamos, a partir de nosso banco de dados, que as mães de crianças brancas são as mulheres que mais se aproximam desse perfil (embora não somente), o que nos permite observar a intersecção entre classe e raça na análise. A exemplo, citamos as profissões especificadas para além do lar, em um universo de 442 mães e/ou tutoras de estudantes de cor *branca*, temos a ocupação de: Labores Domésticos (340), Costureira (38), Lavadeira (30), Modista (22), Professora (7), Comércio (3) e Trabalhadora doméstica (2). Logo, as mães de estudantes negros e negras desempenham mais atividades consideradas fora do lar do que mães de estudantes de cor *branca*, em dados percentuais. Tomamos, por exemplo, a profissão de Lavadeira, mulher que tem por ofício a lavagem de roupas, o que também envolvia buscar as roupas, lavar em córregos e rios, quarar, engomar, passar, dobrar e entregar, conforme a cor de seus filhos: *branca* (7%), *mixta* (21%) e *preta* (34%). O historiador Ênio Grigio (2016) ao descrever o bairro Vila Rica, de predominância de moradores negros e negras na cidade, se dedica a mencionar 'O Tanque das lavadeiras',

> que existia no entroncamento entre as ruas 24 de Maio e Floriano Peixoto, atrás de onde foi construído o Colégio Santana. Em 1904, Mario de Figueiredo, outro cronista jornal "O Combatente" fez uma pequena descrição do local ao solicitar "um gradil para resguardar o tanque sito na parte Norte da Rua Marechal Floriano. Arrepia-se-nos couro e cabelo ao figuramos a muito realizável hipótese de rolar um cristão descuidado pelo paredão do tanque das lavadeiras". Argumentava o cronista que "com pouco dispêndio, pode-se evitar que um pobre diabo despenhe-se tanque a dentro, fraturando uma perna ou arrebentando a cabeça". Também ali existia uma fonte pública construída pela municipalidade. **Muitas mulheres, moradoras do bairro, sustentavam suas famílias como lavadeiras, sendo este um importante local de trabalho, de encontro e de trocas de experiências** (Ibid., p. 183-184). (grifos nossos).

Já os percentuais de Labores domésticos somam, respectivamente: *branca* (77%), *mixta* (52%) e *preta* (45%). Sobre o ofício de Costureira: *branca* (9%), *mixta* (19%), *preta* (19%). Além disso, notamos que a designação para ofício doméstico na casa de outrem diverge conforme a cor dos estudantes, uma vez que para as mães de estudantes *brancas* o termo utilizado é "Trabalhadora doméstica", enquanto para as mães de estudantes *mixtas* e *pretas* o termo é "Criada" e "Doméstica".

Com base nestes dados, algumas reflexões podem ser levantadas acerca das formas de família, maternidade e mundos do trabalho feminino para o período. São fatores que podem demonstrar as desigualdades sociais, econômicas e raciais que pautam estas relações pessoais. Por exemplo, Maria Santos, profissão de lavadeira e mãe dos gêmeos nascidos em 28 de outubro de 1926, ambos com 11 anos de idade quando matriculados, Simão dos Santos e Simeão dos Santos, de cor *preta*, moradores da Rua dos Andradas, gerencia e/ou sustenta a família sem a presença paterna, visto que o pai Gabriel dos Santos já era falecido[19].

Por sua vez, a análise das *profissões paternas* apresentou mais de 70 ocupações diferentes e, para melhor serialização, contabilizamos apenas aquelas que tinham 3 ou mais ocorrências. A partir disto, visualizamos a Tabela 3.

Destacamos na Tabela 3, assim como fizemos para a Tabela 2 (profissão das mulheres responsáveis), a maior incidência de profissão especializada entre os pais de estudantes de cor *branca* e, além disso, no caso dos pais, outro fator se ressalta, a quantidade de comerciantes e proprietários. Sobre os comerciantes, observamos que poderiam ser diversas as ocupações, desde donos de seu próprio negócio, empregados e até trabalhadores de serviços gerais ligados ao comércio, como carregador, por exemplo.

Com isso, observamos profissões que, categoricamente, significam que os pais eram donos de meios de produção ou de estabelecimentos econômicos, como industrialista, estancieiro, comerciante, farmacêutico. Além disso, notamos a ocorrência de profissões que necessitam de curso superior, há época ainda mais seleto e ligado à classe social, como os cursos de Direito para exercer a advocacia e de Odontologia para o profissional dentista. Esse breve percurso sobre as profissões dos pais de estudantes de cor *branca*, suscita diferentes cenários ligados à questão econômica das famílias que matricularam seus filhos e filhas nesta escola. Contudo, vale ressaltar, que profissões ligadas à cursos superiores e à donos de meios de produção ou estabelecimentos econômicos são quase exclusividade de pais de estudantes *brancos*.

---

19 *Livro de Matrículas...*, 1937, p. 167. AHIEEOB.

Tabela 3 - Profissões paternas de estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938), com designações de cor dos alunos e alunas

Profissão do pai	Cor das alunas e alunos			Total
	Branca	Mixta	Preta	
1. Açougueiro	9			9
2. Advogado	6			6
3. Agricultor/criador	37	3	1	41
4. Alfaiate	16		1	17
5. Bancário	8			8
6. Barbeiro	11			11
7. Carpinteiro	19	1	1	21
8. Carreteiro	2		1	3
9. Carroceiro	13	1		14
10. Chauffeur	7	1	2	10
11. Cobrador	2		1	3
12. Comerciante/Comércio	101	2	3	106
13. Comerciante/Negociante/Proprietário	10			10
14. Confeiteiro	1	1	1	3
15. Construtor	5			5
16. Cozinheiro	2	1	2	5
17. Criador	11	1		12
18. Dentista	11			11
19. Eletricista	6	2		8
20. Empregado comércio	2	1		3
21. Estancieiro	3			3
22. Farmacêutico	3			3
23. Fazendeiro	5	1		6
24. Ferreiro	9		1	10
25. Ferroviário	44	8	4	56
26. Fotógrafo	4	1		5
27. Funcionário público/estadual/federal/municipal	42	2		44
28. Indústria	3		1	4

Tabela 3 - Cont.

Profissão do pai	Cor das alunas e alunos			Total
	Branca	Mixta	Preta	
29. Industrialista/Indústria	6			6
30. Jornaleiro	4		2	6
31. Marceneiro	5	2	2	9
32. Mecânico	10	1		11
33. Militar/Oficial do Exército	68	9	8	85
34. Músico	1		3	4
35. Negociante	3	1		4
36. Oleiro	4	1		5
37. Ligados à V.F.R.G.S	2	1		3
38. Operário	16	1	4	21
39. Padeiro	4			4
40. Pedreiro	33	5	7	45
41. Pintor	5	1	1	7
42. Sapateiro	7	2	1	10
43. Sargento/Exército/Reformado	5	2		7
44. Soldado	4	2	2	8
45. Telegrafista	4	1		5
46. Tenente/Brigada/Exército	7			7
47. Tipógrafo	4	1		5
48. Tropeiro	4		1	5
49. Viajante	12			12
Total Geral	**600 (85%)**	**56 (8%)**	**50 (7%)**	**706 (100%)**

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938).

Já as profissões de pais de estudantes de cor *mixta* e *preta*, respectivamente, em maior quantidade são: militar, 9 e 8; ferroviário, 8 e 4; pedreiro, 5 e 7; comerciante/comércio, 2 e 3; operário, 1 e 4; agricultor, 3 e 1; marceneiro, 2 e 2; soldado, 2 e 2; chauffeur, 1 e 2; cozinheiro, 1 e 2. Concluído este levantamento geral, podemos pontuar que as profissões nas quais são preciso cursos superiores e/ou de especialização são, em geral, de pais de estudantes *brancos*. Já profissões ligadas ao trabalho braçal, em trabalhadores que vendem sua força de trabalho, e especializadas também, como as categorias ferroviário, marceneiro, cozinheiro, pedreiro e chauffeur (precisava saber dirigir), estão em maioria entre os pais de crianças de cor *mixta* e *preta*, em dados percentuais.

Além disso, a profissão de militar (16% do total de cor *mixta* e *preta*) apresenta grande ocorrência entre os pais destes estudantes, assim como a de ferroviário (11%), fator que vai ao encontro das maiores áreas de atuação profissional da cidade de maneira geral para o período, como o papel da ferrovia e do exército no crescimento econômico e populacional de Santa Maria, e também figura em estratégias de ascensão, de fazer carreira e proporcionar a mobilidade social de famílias negras.

Cabe ressaltar a profissão Jornaleiro, ocupação genérica de trabalhadores que trabalhavam por jornadas, em diferentes serviços, ao contrário do que se encontra em outros estudos (CARVALHO, 2005; BRUNHAUSER, 2018) é minoria nos registros analisados. Levantamos a hipótese de que nesta fonte específica, produzida na década de 1930, buscava-se detalhar no momento do registro de maneira mais específica, ocupações que, antes (virada do século XIX para XX) podiam ser designadas de um modo genérico como jornaleiros ou agências.

Após pesquisa nominal, tomando o nome dos sujeitos como fio condutor de nossa busca, encontramos diversos destes pais (de estudantes *brancos*) no *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria*[20]*,* de 1938, anunciando seus serviços e produtos. Um deles é Americo M. Fortes, dentista e residente da Rua Acampamento, que matricula, em 1938, três filhas, Marina, de 10 anos, Yeda, 15 anos e Zaida, com 16 anos (Figura 1).

Através do anúncio (Figura 1) podemos ver que o pai das três estudantes se diplomou pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, elemento que reflete as possíveis condições socioeconômicas em que esta família é composta. Além disso, devemos salientar que os entendimentos sobre as profissões listadas são complexas e abrangem diferentes setores, como por exemplo, as profissões ligadas ao serviço militar, as quais vão desde a genérica definição de militar, até a de soldado, sargento e tenente, podendo ser da Brigada ou Exército. Assim como a profissão comerciante, que demonstramos na Figura 2.

Angelo Denardin, comerciante, junto a Albina Dernardin, labores domésticos, em 1937 matriculam sua filha, Suelí, cor *branca* e com 10 anos de idade, residente na Avenida Ipiranga (atual Avenida Presidente Vargas) cujo local também é de sua casa comercial[21]. Jayme Brofman (Figura 2), também comerciante, junto a Maria Brofman, labores domésticos, no mesmo ano matricula quatro filhos, todos de religião israelita, Clara[22] e Sara[23], com, respectivamente, 17 e 10 anos de idade, e Carlos[24] e Felipe[25], com 8 e 12 anos, este último retorna na matrícula de 1938. A partir destes dois casos, notamos a diversidade de produtos comercializados em bazares e casas comerciais, os quais não temos dimensão se tomarmos como literal as profissões paternas que constam nas matrículas. Além disso, podemos observar que os anúncios têm os nomes deles em destaque, logo, consideramos que eles são comerciantes donos do próprio negócio. Diferente de trabalhadores que vendem sua força de trabalho a outros, que são maioria entre os pais de estudantes negros.

---

20 Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso. Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria, publicado pela Editora Guias Ilustrados Municipais – E.G.I.M, Santa Maria, 1938.

21 *Livro de matrículas...*, 1937, p. 167. AHIEEOB.

22 *Livro de matrículas...*, 1937, p. 151. AHIEEOB.

23 *Livro de matrículas...*, 1937, p. 167. AHIEEOB.

24 *Livro de matrículas...*, 1937, p. 173. AHIEEOB.

25 *Livro de matrículas...*, 1937, p. 159. AHIEEOB.



Figura 1 - Anúncio comercial em Santa Maria (1938)
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso. Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria, publicado pela Editora Guias Ilustrados Municipais – E.G.I.M, Santa Maria, 1938.

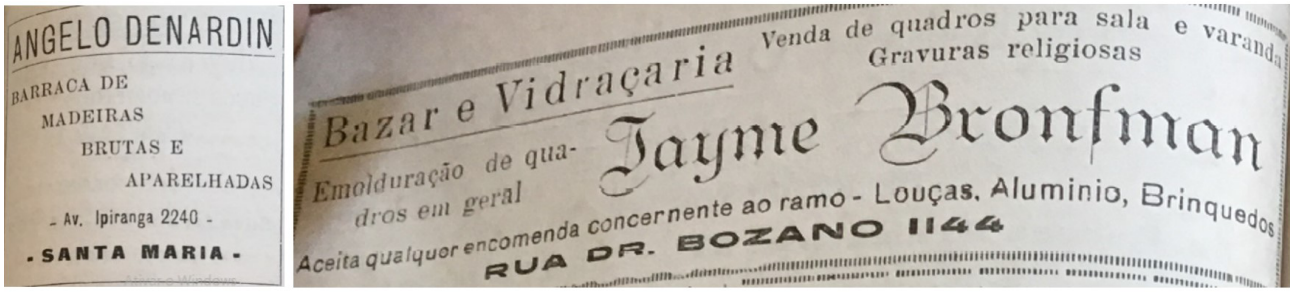


Figura 2 - Anúncios comerciais em Santa Maria (1938)
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso. Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria, publicado pela Editora Guias Ilustrados Municipais – E.G.I.M, Santa Maria, 1938.

Em 1937, Basilio dos Santos, músico e Maria Amalia dos Santos, labores domésticos, registram o menino Adão dos Santos, 13 anos de idade, designação de cor *preta*, para compor o 3° ano da escola[26]. Acreditamos que o pai de Adão seja o mesmo músico que aparece compondo a orquestra do bloco carnavalesco Rancho Succo, um dos mais importantes blocos negros da cidade, no festival do Cine Independência, em 30 de janeiro de 1937. De acordo com a notícia do jornal *A Razão*[27], encontrada na pesquisa de Oliveira (2016), a autora ressalta que:

> O interessante na matéria é que os redatores publicam a nominata da orquestra do Rancho Succo com seus respectivos instrumentos, composto naquele ano por: Alcides dos Santos Silva (piston), **Bazilio Otenel dos Santos (clarinete)**, Otavio da Silva Goulart (saxofone), Manoel Gomes Paiva (trombone), Anacleto Dorneles (banjo), Antonio Costa (violão), Amansor Soares (violão), Cristino Cruz (violão). (OLIVEIRA, 2016, p. 120). (grifos nossos).

O Rancho Succo, fundado por volta de 1923, era designado como uma Sociedade Carnavalesca, sendo o presidente à época, o senhor João Gabriel Maia (OLIVEIRA, 2016, p. 114). No livro *Moreno Rei dos astros a brilhar, Querida União Familiar: trajetórias e memórias do Clube Negro fundado em Santa Maria, no pós-Abolição*, Franciele Oliveira (2016) entrevista diversos moradores negros e negras, que frequentaram diversas organizações negras da cidade, ou que salvaguardam na memória relatos de seus antepassados sobre as vivências nestes espaços, como a dona Nelly da Silva, o senhor Marcos Aurélio Marques, entre tantos outros. Cruzando com diferentes documentos, Oliveira (2016) afirma que,

26 *Livro de matrículas...,* 1937, p. 158. AHIEEOB.

27 *A Razão,* Brinca quem pode. 30 de janeiro de 1937.

"apesar do Rancho promover vários bailes e festas é no carnaval que se encontra a essência do Succo, especialmente no festejo de rua, como em um dos textos de *A Razão,* que narra o dia em que o bloco saiu às ruas da cidade com cerca de 100 pares de foliões" (Ibid., p. 122)[28].

O senhor João Gabriel Maia era irmão de Raphaela Maia, e então presidente desta organização, registrado de profissão comerciante, casado com Alzira Setembrina Domingues, labores domésticos, desde 1922[29]. Eram, também, moradores da Rua Tuiuti e matricularam na Escola Elementar, em 1937, suas duas filhas, Eva Maya, 13 anos de idade, de cor *preta* e Maria Magdalena, também de cor *preta*, e com 10 anos de idade na sua segunda matrícula, em 1938[30].

Ademais, apuramos 18 casos em que casais de mais de um filho, as crianças, irmãos, tem sua cor designada de diferentes formas. Por exemplo, o casal José Luiz Ramos, mecânico e Ilda E. Ramos (ou Ida E. Ramos, conforme o segundo registro), labores domésticos, matriculam dois meninos, Fernando Ramos, *mixto*, 11 anos de idade e Olavo Ramos, *branco*, com 8 anos de idade, ambos residem no mesmo endereço, conforme registro[31]. Outro exemplo, contudo, com foco para variações de cor entre crianças não brancas, temos no registro dos pais Luiz Rodrigues, marceneiro e Diamantina Rodrigues, labores domésticos, residentes na Rua Acampamento, que matriculam dois filhos: Carlos Eloér Rodrigues, *preto*, com 9 anos de idade; e Libio Rodrigues, de cor *mixta*, com 14 anos de idade[32]. Esses exemplos podem nos ajudar a entender as variações de designação de cor a irmãos que puderam ocorrer em registros escolares no geral, assim como diferenças entre os registros, conforme as finalidades da pessoa que realiza as matrículas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre o espaço da educação em meados do século XX, é também pensar sobre um lugar racializado. Buscamos identificar diferentes sujeitos históricos que frequentaram e formaram este espaço de instrução, em especial homens e mulheres, jovens e crianças negras. A centralidade do trabalho, o racismo estrutural, e as desigualdades de acesso à direitos básicos no pós-Abolição, foram prováveis fatores de disparidade ao acesso e permanência de segmentos da população negra em espaço educacionais, em comparação com pessoas brancas (GIL & ANTUNES, 2021). Jonatas Ribeiro ao pesquisar as iniciativas negras na educação em Pouso Alegre/MG, no pós-Abolição, constata que:

> Ter acesso à instrução e à educação pode ter sido o sonho de muitos homens e mulheres negros que viram nos estabelecimentos de ensino a oportunidade de conquistas que a sociedade há muito vinha lhes negando: educação, instrução e a oportunidade da construção de uma vida melhor e o reconhecimento social. (RIBEIRO, 2016, p. 21).

Além disso, buscamos evidenciar nesta pesquisa a diversidade de estudantes e seus núcleos familiares, ocupando os mesmos bancos escolares, diferentes sujeitos quanto ao gênero, à raça, razão econômica e social, o que também pôde revelar um ambiente que reúne diferentes desigualdades e

28 Para saber mais sobre o Rancho Succo, ver: OLIVEIRA (2016; 2017), (GRIGIO, et al, 2020, p. 32).

29 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Habilitação de casamento de João Gabriel Maia e Alzira Setembrina Domingues. Santa Maria, 25 de janeiro de 1922. Fonte encontrada por Franciele da Rocha Oliveira.

30 *Livro de matrículas...,* 1937, p. 159-166. Ibid., 1938, p. 188. AHIEEOB.

31 *Livro de matrículas...,* 1937, p. 159-171. AHIEEOB.

32 *Livro de matrículas...,* 1937, p. 172-175. AHIEEOB.

preconceitos, mas também agenciamentos. Desse modo, a presença e atuação de estudantes *brancos*, *mixtos* e *pretos,* investigados a partir dos dados levantados, sobretudo na década de 1930, pondera aquilo que pesquisas vêm mostrando, durante as últimas décadas, que o mito da escola brasileira frequentada somente por brancos é infundado (BARROS, 2018).

Através de matrículas escolares se pôde visualizar um espaço escolar também ocupado e vivido por crianças e jovens negros e negras de Santa Maria, cidade interiorana do Rio Grande do Sul. A partir das reflexões levantadas neste trabalho, acrescentamos a esta pesquisa perspectivas para trabalhos futuros, que dialoguem com as estratégias negras em busca de escolarização. Logo, compreendemos os espaços escolares compostos, para além de crianças e jovens *brancos*, formados e frequentados, também, por estudantes negros e negras.

A principal fonte primária analisada nesta pesquisa, as matrículas escolares do Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938), em custódia no Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, junto a outros documentos, como almanaques, jornais, registros civis, por exemplo, nos permitiram acessar diversas temáticas sobre a História Social. Evidenciando trajetórias e experiências de diferentes agentes históricos da história de Santa Maria, este corpus documental versa sobre aspectos da educação, da vida escolar, do corpo de estudantes, dos mundos do trabalho e da família, dialogando em termos sociais, econômicos e culturais.

Acreditamos que refletir sobre os processos educacionais, suas exclusões e reivindicações, acrescentam para pensarmos a (re)escrita de uma história antes única, que não levantava a multiplicidade de sujeitos históricos atuantes no campo da educação na cidade. E com isso, refletir sobre os projetos políticos e pedagógicos possíveis, que visam a igualdade e universalidade do acesso à educação. Dessa forma, esperamos ter suscitado questionamentos e perspectivas relevantes para se pensar um fazer histórico local preocupado com os diferentes marcadores sociais, como raça, classe e gênero, na historiografia da Educação e do pós-Abolição sul-rio-grandense.

REFERÊNCIAS

ALMALEH, Priscila; FLORES, Giane; ALMEIDA, Vinícius. Cor, moradia e trabalho: A Distribuição Espacial e Laboral da População Negra em Porto Alegre no Final do Século XIX. **Ofícios de Clio**, v. 1, 2016.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa** - Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 42, p. 591-605, 2016.

BARROS, Surya Pombo de. História da educação da população negra: entre silenciamento e resistência. **Pensar a Educação em Revista**, v. 4, p. 3-29, 2018.

BARROS, Surya Pombo de. **O Estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil** [recurso eletrônico]. Vitória, ES: SBHE/ Virtual Livros, 2015.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria**: 1797-1933. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.

BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2018.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade**: os conflitos e as relações interétnicas populares - Santa Maria 1885-1915. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, n. 19, p. 33-62, 2010.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil.** 7° ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ESCOBAR, Giane Vargas. **"Para encher os olhos":** identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal *A Razão* (1960-1980). Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, p. 57-72, 2008.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira**. Revista Brasileira de História da Educação**, n° 13, jan./abr., 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya A. P. (org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

GIL, Natália Lacerda; ANTUNES, Cláudia Pereira. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021.

GIL, Natália Lacerda; HAWAT, Joseane El. O tempo, a idade e a permanência na escola: um estudo a partir dos livros de matrícula (Rio Grande do Sul, 1895-1919). **Revista História e Educação** [Online]. Porto Alegre, v. 19, n. 46, Maio/ago., 2015, p. 19-40.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O Nome e o Como**: troca desigual no mercado historiográfico. In: A Micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

GRIGIO, Ênio. **"No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse"**: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2016.

GRIGIO, Ênio.. **"No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse"**: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2018.

GRIGIO, Ênio.; BRUNHAUSER, Felipe; OLIVEIRA, Franciele; RODRIGUES, Luiz; LIMA, Taiane (Orgs.). **Organizações Negras de Santa Maria**: primeiras associações negras dos séculos XIX e XX. Santa Maria: GEPA UFSM, 2020.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. **Escravidão, Família e Compadrio ao Sul do Império do Brasil**: Santa Maria (1844-1882). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter (Orgs.). **Santa Maria**: Relatos e impressões de viagem. Santa Maria: Editora UFSM, 1997.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M. Lugão. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **Educadores & alunos negros na Primeira República.** Brasília, DF: Luduns. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. "**Moreno rei dos astros a brilhar, querida União Familiar"**: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição. Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2016.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços de José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entra a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

PEREIRA, Lucia Regina Brito. **Cultura e afrodescendência**: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 4 jul./dez. 2002.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892 - c. 1911). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

RIBEIRO, Jonatas Roque. **Escritos da liberdade**: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2016.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Na saúde e na doença**: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

SANTOS, Gabriela; BRUNHAUSER, Felipe. **Sobre pretos, pardos, mistos e morenos**: notas de pesquisa acerca do perfil social de trabalhadores no Pós-Abolição a partir de registros hospitalares em Santa Maria nas primeiras décadas do século XX. In: IX Encontro nacional: Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2019, Florianópolis. Anais eletrônicos.

SILVA, Noemi Santos da. **O "batismo na Instrução"**: projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná Provincial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. **Acervo**, Rio de Janeiro, V. 28, N. 2, p. 240-251. Jul-Dez, 2015.